



A. Domingues de Azevedo

Presidente da CTOC

Opinião da CTOC | “Destaca-se o papel fundamental que as cerca de 264 mil PME existentes em Portugal, desempenham na dinâmica socio-económica. O seu peso na estrutura e tecido empresariais é relevante: contribuem para 60% do volume de negócios”

As PME

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas organizou, em parceria com a EFAA (European Federation of Accountants and Auditors for SME), de que a CTOC é membro, uma conferência internacional subordinada ao tema “As pequenas e médias empresas”. Das ilações retiradas deste evento, muito participado e em que se colocou o dedo na ferida sobre esta realidade, destaca-se o papel fundamental que as cerca de 264 mil PME existentes em Portugal, desempenham na dinâmica sócio-económica. O seu peso na estrutura e tecido empresariais é relevante: contribuem para 60% do volume de negócios, 74% do emprego e aproximam-se dos 99% do total das empresas existentes no nosso País.

Perante números tão categóricos, estranha-se que as empresas que se inserem nesta tipologia, sejam, muitas vezes, parceiros esquecidos do poder político. A carga fiscal, a burocracia e as dificuldades em aceder ao crédito bancário, são os maiores entraves que se colocam. São factores importantes, quase sempre invocados pelas associações que representam as PME, mas não podem ser desculpa única para todos os males. As empresas portuguesas carecem de modernização, actualização e de mais-valias competitivas, como do pão para a boca. O desenvolvimento nacional faz-se à custa das PME, que não reclamam medidas proteccionistas, mas sim

um pouco mais de atenção e, claro, pede-se, também, alguma auto-estima e pró-actividade no ultra-competitivo mundo dos negócios. Os tempos que vivemos são de uma globalização imparável. Quem ousar questionar este movimento planetário, que não dá mostras de abrandar, será trucidado.

Cabe-me aqui deixar uma nota, que não deve ser entendida como um “puxar a brasa” à classe dos Técnicos Oficiais de Contas, mas antes como forma de chamar a atenção para o modo algo negligente como alguns empresários perspectivam o acompanhamento administrativo e contabilístico do trabalho que desenvolvem nas empresas. Os empresários que lideram as PME devem saber rodear-se das pessoas certas para assessorá-los em tomadas de decisão fulcrais para os seus negócios. E os TOC, que já não são os homens rodeados de “papéis”

“As empresas portuguesas carecem de modernização, actualização e de mais-valias competitivas, como do pão para a boca”

por todos os lados, que se limitam a creditar e a debitar, são esses parceiros, sobre os quais recai uma elevada, mas ao mesmo tempo estimulante, responsabilidade social.

A maior parte das missivas provenientes das Finanças que chegam às empresas e as próprias declarações modelo 22, vão parar às mãos dos profissionais da contabilidade, qualificados, formados e informados para dar resposta a uma multiplicidade de problemas e profundos conhecedores da realidade quotidiana das empresas que constituem a espinha dorsal da economia nacional e europeia.

Estou convicto que as empresas serão tão vulneráveis, quanto maior for a sua desorganização, em especial relativamente a assuntos que dizem respeito ao papel de aconselhamento dos TOC em matéria da sua competência. Grande parte das crises que se instalaram nas empresas resulta da falta de acompanhamento técnico. Temas há que não podem ser deixados ao sabor dos acontecimentos. O definhamento e eventual extinção dessas empresas são cenários a não descurar, não tanto pelo défice de viabilidade económica, mas pela falta de um fio de condutor lógico e coerente nas decisões de planeamento e investimento. É desta atitude que pode depender o futuro das empresas nacionais e, por consequência, o futuro do próprio País. ■